

Canal Energia – 23/06/2009

ESS: país gastará R\$ 6.000 por MWh em quatro anos em térmicas fora da ordem de mérito

Conta alta não implica em segurança adicional expressiva para o sistema. Estudo mostra que custo de déficit é de R\$ 2.500 por MWh

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, OeM

A polêmica sobre os gastos com a operação fora da ordem de mérito de térmicas ganhou um novo ingrediente. A 7ª edição do Programa Energia Transparente do **Instituto Acende Brasil** aponta que o custo da operação não traz segurança adicional expressiva para o sistema. Segundo o estudo, desenvolvido pela PSR Consultoria, para atender os níveis-meta o país vai desembolsar cerca de R\$ 6 mil por MWh, em média, no período 2009-2013 para evitar o racionamento cujo custo, elaborado pelo governo, está em R\$ 2.500/MWh.

O acionamento de térmicas, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico, vai representar um gasto de R\$ 800 milhões este ano. Mario Veiga, sócio da PSR Consultoria, afirmou que a conta é desnecessária já que o sistema elétrico vive "seu melhor momento na história" porque estão convergindo uma demanda reduzida, devido à crise financeira; hidrologia favorável e aumento da capacidade instalada. E ele alerta que, pela metodologia empregada pelo ONS, há 13% de chances de a conta ser maior que a prevista.

"Os gastos maiores não aumentam a segurança de suprimento", frisou o consultor. O estudo simulou os custos do sistema em todas as hipóteses possíveis no sistema de computação empregado pelo ONS com e sem o emprego da metodologia do nível-meta. Veiga disse que 86% das vezes o benefício foi nulo. "Serão gastos R\$ 486 milhões por ano, em média, com benefício nulo", constatou. Em apenas 10% dos cenários, há uma redução do risco de déficit.

A perspectiva do estudo é que o custo operativo deste ano tenha efeito nulo sobre o risco de déficit de 2010. Para o ano que vem, o custo operativo deve ficar em R\$ 844 milhões para reduzir o risco de déficit em apenas 11 MW médios em 2011. "O nível-meta tem que ser revisto", afirmou Veiga. Esse efeitos irrisórios se devem a redução da demanda prevista para o período 2009-2012.

Somente este ano, a queda, em relação as projeções, é 2,1 mil MW médios. Nos próximos três anos fica em 1,5 mil MW médios. Já a sobreoferta de energia vai chegar em 2013 em 4,5 mil MW médios em relação a demanda. "O sistema já está operando em níveis baixos de risco de déficit para os próximos anos", salientou Veiga. O risco varia de 1% a 3,5%, de acordo com o cenário de referência do estudo, e mesmo em situação de atraso do Madeira e desistência de metade das térmicas vendidas em leilões recentes.

Para **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico deveria liberar a análise do Índice de Custo-Benefício, que baseou a decisão pela aprovação da metodologia do nível-meta. "Deve-se colocar os procedimentos com transparência, avaliados dentro dos custos e benefícios", afirmou. Para ele, o momento atual é o ideal para regulamentação do procedimento de decretação de racionamento.

"A sociedade poderia se preparar e reduzir os riscos conforme a necessidade", observou **Sales**. O custo operativo é cobrado dos consumidores através do Encargo de Serviço do Sistema, que no ano passado chegou a R\$ 2,3 bilhões, descontado a diferente com o Preço de Liquidação de Diferenças. O encargo impactou o reajuste tarifário deste ano de diversas distribuidoras. CPFL Paulista, Ampla e Cemig viram o ESS se multiplicar mais de 150 vezes, sobre o ano anterior.